



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638582 - SP (2021/0001283-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : VINICIUS ADRIANO CASSAMASIMO RAMOS
ADVOGADO : VINICIUS ADRIANO CASSAMASIMO RAMOS - SP356869
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ERNANI DIAS DE SOUSA (PRESO)
OUTRO NOME : ERNANI DIAS DE SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ERNANI DIAS DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2000889-85.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado à pena de 8 anos de reclusão em regime semiaberto, pela prática do delito previsto no art. 121, § 2º, incisos II e III, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

O impetrante requer a concessão de liminar para que seja concedida ao paciente a progressão ao regime aberto ou a colocação em prisão domiciliar, uma vez que integraria o grupo de risco – idoso (66 anos) e portador de doenças respiratórias.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

No ponto, a relatora na origem expôs o seguinte (fls. 314-315):

[...]

Sem embargo disso, conhece-se do pedido. Todavia, indefiro, por ora, a liminar, 'ad referendum' da e. Turma Julgadora.

No caso, como se vê de pesquisa ao sistema VEC (http://intinfo.tj.sp.gov.br/vec/infocomp_pesquisa.do?), o paciente foi condenado pela prática de tentativa de homicídio, a cumprir pena de 08 anos de reclusão, atualmente cumprindo pena em regime semiaberto, anotando que se encontrava, nesta data, no gozo da benesse da saída temporária, retornando dia 05/01/2021.

Sem embargo disso, vem postular a Defesa, nesta Instância a benesse de progressão antecipada ou 'prisão domiciliar', tendo deduzido pedido na origem, o qual foi indeferido de forma fundamentada, uma vez que o pedido foi realizado em sede de plantão, aduziu: ... a urgência em execução criminal está caracterizada quando há necessidade de expedição imediata de alvará de soltura por conta de eventual absolvição ou vencimento da pena, ou outra medida que não exija uma análise mais aprofundada da situação carcerária do reeducando.

Destarte, evitando-se indesejável supressão de instância, uma vez que a origem não se manifestou sobre o mérito, e anotado que se cometeu delito com violência contra a pessoa, não se pode olvidar, como recentemente decidido, que a crise do novo 'coronavírus' deve ser sempre considerada na análise de pleitos de libertação de presos; todavia, não se constitui em passe livre para a soltura de todos, persistindo o direito da coletividade em ver preservada a paz social, a qual não se desvincula da ideia de que o sistema de justiça penal há de ser efetivo, de sorte a não desproteger a coletividade contra os mais graves ataques aos bens juridicamente tutelados na norma penal (RHC Nº 567.408/RJ, rel. Min. Rogério Schietti Cruz, j. em 22.3.2020).

No tocante a Recomendação nº, 62, 17/03/2020, bem como as determinações contidas no HC. 188820/SP, ao menos em cognição sumária, tais circunstâncias, não torna imediata a concessão da antecipação da progressão ou da prisão domiciliar, uma vez que o citado Habeas Corpus dispõe, dentre outros fatores que, ...

poderá deixar de conceder a progressão ao regime aberto em prisão domiciliar, caso presentes situações excepcionálissimas que demonstrem objetivamente a ausência de risco concreto e objetivo à

saúde do detento na hipótese de sua manutenção no cárcere e que o regime aberto em prisão domiciliar, ainda que com monitoração eletrônica, mostra-se manifestamente inadequado ao caso concreto e causa demasiado risco à segurança pública, de modo que há necessidade da demonstração do risco concreto e de maiores informes para a concessão do pedido.

A concessão da liminar neste momento, assim, se mostraria temerária, porquanto, além de todo o exposto se confunde com o mérito.

Encaminhe-se, com a devida urgência, ao e. Relator sorteado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente